

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A nova velha política industrial



Plano anunciado pelo governo Lula reedita medidas fracassadas do passado recente e ignora o fato de que o declínio da indústria brasileira antecede em décadas a pandemia de covid-19

O governo finalmente lançou seu plano para reindustrializar o País. De novo mesmo, apenas o nome. A Nova Indústria Brasil (NIB), elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reedita várias das medidas testadas e reprovadas num passado recente, e o esforço do governo para negar as semelhanças não convenceu quase ninguém.

O plano pretende resgatar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Desde a pandemia de covid-19 e

a consequente desestruturação das cadeias produtivas, vários países desenvolvidos têm apostado suas fichas em políticas industriais que promovam um crescimento mais inclusivo e sustentável e que diminuam a dependência dos produtos chineses, entre os quais Estados Unidos e Europa.

O Brasil parecia estar disposto a seguir esse caminho. Foi o que Lula da Silva e Geraldo Alckmin deram a entender no artigo *Neointustrialização para o Brasil que queremos*, publicado por este jornal em 25 de maio do ano passado. No texto, destacaram a importân-

cia de investimentos em tecnologia e sofisticação produtiva, a necessidade de reduzir o custo Brasil, as oportunidades geradas pela transição energética e a urgência de formação de capital humano.

Não há motivos para se opor a essas ideias. Houve, de fato, pouquíssimo investimento em inovação e maquinário, os juros continuam muito elevados para financiar a produção, algumas empresas usam a agenda verde apenas para alavancar sua imagem (o chamado *greenwashing*) e falta mão de obra qualificada. Muitos segmentos da indústria sobrevivem à base de benefícios fiscais e nem assim conseguem exportar seus produtos a preços competitivos.

Propor soluções para enfrentar problemas é tarefa de qualquer governo responsável e cioso de suas obrigações. Mas, como Lula e Alckmin mencionaram no artigo, “fazer política industrial não é questão de ‘sim ou não’, mas de ‘como’”. E há razões de sobra para demonstrar muito ceticismo com a forma como o plano de reindustrialização do governo será posto em prática.

A principal ideia do programa reside no resgate do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como protagonista da NIB no apoio às empresas. Serão R\$ 300 bilhões até 2026, dos quais R\$ 271 bilhões em empréstimos, R\$ 21 bilhões não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões na aquisição de ações das empresas. Parte dos recursos será captada por Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD) a serem lançadas pela própria instituição.

Não há como não lembrar do Progra-

ma de Sustentação do Investimento (PSI), lançado em resposta à crise financeira global de 2008. À época, coube ao Tesouro emitir dívida para aportar mais de R\$ 400 bilhões ao BNDES, recursos que foram emprestados em operações a taxas inferiores às de mercado a empresas escolhidas para serem “campeãs nacionais”. O BNDES, inclusive, tornou-se sócio de muitas delas. Em termos de crescimento econômico, os resultados do PSI foram pífios – quando não trágicos, como no caso dos setores de petróleo e da indústria naval, aos quais se impôs a exigência de conteúdo local.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, garante que dessa vez tudo será diferente. Em nenhum momento, no entanto, ele explicou como os custos e benefícios da nova política industrial serão acompanhados, avaliados e, sobretudo, revistos caso seus objetivos não venham a ser alcançados. De forma simplista, ele citou as políticas industriais adotadas por China, Estados Unidos e Europa no pós-pandemia, sem ponderar que o declínio da indústria brasileira antecede em décadas a chegada do novo coronavírus.

Uma política industrial seria deveria começar por um diagnóstico sobre as razões pelas quais isso ocorreu. Se a resposta são os juros altos, como parecer o caso, não é por meio de medidas para fiscais que o problema será resolvido – pelo contrário. O desequilíbrio fiscal é a causa, não a consequência dos juros elevados, e a recusa do governo em compreender essa diferença não permite qualquer otimismo sobre os resultados dessa política. ●

Operação desforra

O espírito da Operação Escudo, deflagrada pelo governo paulista em reação a ataques contra policiais, parece ser apenas o de vingança, que em nada contribui para a segurança pública

A Secretária da Segurança Pública de São Paulo retomou nesta semana a Operação Escudo – nome genérico para operações da Polícia Militar (PM) que são deflagradas sempre que policiais são alvo de ataques de criminosos. Esse protocolo, criado no governo de Tarcísio de Freitas, tornou-se célebre em razão da violenta atuação da polícia em resposta ao assassinato de um policial no Guarujá, entre julho e agosto do ano passado – em 40 dias, 28 pessoas foram mortas pela PM, configurando a ação policial mais letal no Estado desde o massacre do Carandiru, em 1992. A respeito daquele caso, há diversas denúncias de violações de direitos humanos, incluindo tortura e execução sumária, mas o governador

Tarcísio classificou as mortes como “efeitos colaterais”.

A recente retomada da Operação Escudo se dá em resposta a cinco ataques contra policiais em diversos pontos do Estado no fim de semana passado. “Nenhum ataque a policial ficará impune”, justificou o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite. “A Escudo sempre é deflagrada quando há agressão a policiais”, reforçou Tarcísio.

A reação em si e as palavras que a adornam escancaram a natureza da resposta estatal. O objetivo primário desse tipo de operação não é tornar a sociedade mais segura. Trata-se apenas de vingança, de preferência transformando a ação em espetáculo para deleite dos que acreditam que criminosos (ou apenas suspeitos de cri-

mes) não são titulares de direitos básicos. Tal espírito desabona o que deveriam ser os princípios da ação estatal diante do crime: retomar e preservar a autoridade do Estado, conter a violência (contra agentes públicos e contra quem quer que seja) e frear a sensação de insegurança na população.

Nas nada disso parece importar nestes tempos estranhos. Derivando perigosamente para o terreno do populismo, o governador Tarcísio declarou ao *Estadão* que “a população quer uma política mais dura”, pois “não aguenta mais bandidagem”. Na avaliação do governador paulista, é esse tipo de política de segurança pública que justifica a alta popularidade do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. “A política de tolerância zero de lá fez dele o governador mais bem avaliado do Brasil”, disse Tarcísio.

Trata-se de uma simplificação grosseira. “Tolerância zero” é o nome fantasia para a generalização da violência policial contra os suspeitos de sempre. É evidente que esse tipo de ação, amplamente divulgada para criar impacto, tende a atrair a simpatia de quem, como disse Tarcísio, “não aguenta mais bandidagem”, o que obviamente gera muitos pontos de popularidade. É a escola do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, que se tornou o líder mais

popular da América Latina ao reduzir os índices de criminalidade no país por meio de uma política de detenções generalizadas, sem ordem judicial e sem qualquer respeito pelos direitos dos suspeitos.

Nesses termos, “tolerância zero” significa que, no limite, alegados imperativos de segurança pública, atendendo a um clamor popular, justificam a suspensão de garantias constitucionais. O nome disso é regime de exceção, não é democracia. Um Estado sem freios ou constrangimentos é precisamente o sonho de líderes com vocação autoritária. Este jornal, fundado nos princípios da liberdade, não pode deixar de observar os graves riscos embutidos nesse tipo de concepção de Estado. A “segurança” derivada da truculência policial é apenas aparente. É a paz dos cemitérios.

O Estado não é nem pode ser vingador. O que distingue policiais de bandidos é o compromisso com as leis. Além do aprimoramento técnico contínuo das polícias, o uso racional da força e o respeito às mais estritas balizas legais deveriam fazer parte do dia a dia das instituições de segurança. As melhores evidências também mostram maior eficácia de operações discretas, planejadas, com articulação entre as polícias e os demais órgãos de segurança pública. Desforra é coisa de bárbaros. ●